



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS AOS ESTUDOS TERRITORIAIS COM PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DO BOLSÃO/MS¹

Edna Lopes Miranda²
Sedeval Nardoque³

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma estrutura fundiária caracterizada pela concentração de terras, tendo o latifúndio como um dos principais elementos de conflito referente à questão agrária. O modelo de “economia monocultora-exportadora” atua como uma arma ideológica da elite brasileira no controle e domínio da sociedade por meio da monopolização do território, na qual a produção está voltada para a reprodução do capital. Essa característica está presente na divisão do território brasileiro desde as origens do país e se mantém consolidado até os dias atuais. Martins (1981) e Oliveira (1999) apontam que, no Brasil, o desenvolvimento capitalista adquiriu diferentes contornos, adotando um processo distinto, de sujeição da renda da terra ao capital, que se dá por meio da apropriação de terras públicas e pela compra e venda da terra ou pela subordinação da produção do campo.

Neste contexto, as ações do Estado neoliberal brasileiro, nos últimos anos, serviram ao desenvolvimento da agricultura capitalista, via subsídios financeiros e estruturais, sobretudo na expansão das áreas de monocultivos de soja, de eucalipto e de cana-de-açúcar, vinculados à dinâmica de exportação de commodities e apresentaram rebatimentos nas políticas públicas do campo, mormente, para a agricultura familiar camponesa (Nardoque, 2017).

¹ Agradecimento a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/CPTL) e a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo apoio e financiamento da pesquisa.

² Pesquisadora Visitante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus CPTL, edna.miranda@ufms.br

³ Professor adjunto do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). sedeval.nardoque@ufms.br



Diante deste cenário, tornou-se crescente as consequências contraproducentes deste modelo de agricultura introduzido com a Revolução Verde, tais como: concentração fundiária, problemas ambientais, como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda de biodiversidade.

Esta situação não é diferente no estado do Mato Grosso do Sul, cuja realidade agroambiental do Território Rural do Bolsão-MS⁴ é caracterizada por uma estrutura fundiária altamente concentrada, resultante do processo de apropriação das terras por grandes fazendeiros. Uma característica marcante nesta região é a concentração da população residente nas sedes municipais, totalizando 87,62% (IBGE, 2010). Apesar desta característica populacional, as economias dos municípios têm vinculações significativas com a pecuária bovina de corte e, nos últimos anos, ao monocultivo de eucalipto, ou seja, no setor primário, com predomínio das relações centradas na dependência urbana, principalmente pelo consumo produtivo do campo, com destaque para Três Lagoas, cidade com serviços e comércio mais complexos (Nardoque, 2017).

No Leste de Mato Grosso do Sul, as ações das companhias do complexo eucalipto-celulose-papel encontraram condições favoráveis, nos últimos anos, pela gênese da apropriação capitalista da terra, nomeadamente pela configuração territorial baseada no tripé formado pelo latifúndio, pela pecuária extensiva e pelo absenteísmo, especialmente no município de Três Lagoas (Nardoque, 2017). Esta região tornou-se território dos latifundiários e de capitalistas, com baixa densidade demográfica, com reduzida população residente no campo (em torno de 17%) e pequenas cidades (com menos de 20 mil habitantes), com comércio e serviços de baixa complexidade, pois parte significativa do consumo produtivo do campo realiza-se em outras localidades de outros estados. Segundo Nardoque (2017), em Três Lagoas, 81% dos proprietários de terras não residem no município, sendo 67,75% em outros estados, como São Paulo, ensejando, portanto, o forte absenteísmo. Desta forma, configura-se a pouca relação dos proprietários com as cidades e a terra, representada como negócio rentista, assim, pouco importando se seu uso é para pecuária extensiva (atividade tradicional), reserva de valor ou para plantio de eucalipto, via contratos de arrendamento para empresas, como Eldorado Brasil e

4 Criado em 2013 como parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Bolsão é composto por oito municípios: Três Lagoas, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência, Cassilândia e Chapadão do Sul, somando 233.297 habitantes (NARDOQUE, ALMEIDA, 2015).



Suzano, privilegiando-se as atividades econômicas que proporcionam renda mais elevada (Nardoque, 2017).

Portanto, há evidências de conflitos e de conflitualidades resultantes das mudanças no perfil agropecuário nos municípios da região Leste, constituindo-se em movimentos de resistência da população camponesa expulsa do campo nos últimos anos. No decorrer dos anos 2000, surgiram vários acampamentos de trabalhadores sem-terra que, posteriormente, foram assentados em assentamentos implantados nos últimos anos na região, totalizando seis, sendo dois em Três Lagoas, três em Selvíria, um em Ribas do Rio Pardo. É comum nos assentamentos localizados próximos aos eucaliptais, como no projeto de assentamento (PA) São Joaquim, a população adulta trabalhar nas áreas de plantio de eucalipto, servindo como “viveiro de mão de obra” às empresas do complexo eucalipto-celulose-papel. Essa situação bloqueia perspectivas de sustentabilidade nos lotes, pois parte de sua população não se dedica às atividades produtivas, mas ao emprego assalariado nos eucaliptais, perdendo-se os princípios da política de Reforma Agrária, norteados na perspectiva de terra, vida e trabalho (Nardoque e Almeida, 2015).

Desta maneira, as comunidades rurais passam por impactos de diversas ordens em decorrência do crescimento expressivo das áreas plantadas com monocultivo de eucalipto na região. No entanto, desde o ano de 2006, a região presencia nova reconcentração fundiária, sob a égide do grande capital industrial, representado pela expansão territorial do monocultivo do eucalipto e da cana de açúcar, provocando profundas transformações territoriais e ambientais, em especial nas áreas de reforma agrária circunvizinhas às empresas de celulose. Depara-se, de um lado, com o crescimento do setor agroflorestal e canavieiro, que sofre pressão das grandes indústrias de papel e celulose e da produção de açúcar e etanol para o arrendamento e compra de muitas propriedades para o cultivo de eucalipto e por outro lado, com a presença dos assentamentos rurais que, nos últimos anos, foram instalados em algumas bacias hidrográficas, as quais estão próximas as áreas de plantio de eucalipto e de cana.

Assim, considerando a aplicação dos agrotóxicos no monocultivo de eucalipto e a possibilidade de presença de agrotóxicos nos recursos hídricos, na fauna/flora local, bem como as populações vivendo nas proximidades dessas áreas de plantio, existe um potencial de risco ao ambiente e a saúde das pessoas. Essas consequências dependem das relações de trabalho, da toxicidade dos produtos utilizados, da precariedade dos mecanismos de vigilância da saúde e do uso inadequado ou falta de equipamentos de proteção coletiva e individual. Situação



agravada pelas precárias condições socioeconômicas e culturais da grande maioria dos trabalhadores rurais, o que amplia sua vulnerabilidade frente aos agrotóxicos, afetando diretamente os recursos naturais, o território e, por extensão, à saúde humana. Em trabalho recente, Raoul (2019) apresentou os impactos gerados pela expansão do eucalipto no Distrito de Arapuá, município de Três Lagoas. A redução da população no distrito acentuou-se com o aumento da área plantada de eucalipto, impactando diretamente nos trabalhadores de fazendas, nos residentes na sede do distrito e, também, em sítiantes policultores nas proximidades da vila.

Diante desta realidade, esta pesquisa teve como objetivo contribuir com os estudos territoriais por meio da proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Território Rural do Bolsão-MS, a partir da Agenda 2030 da ONU. Para tanto, buscou-se analisar as formas de superação a desterritorialização dos sujeitos do campo, bem como mapear as experiências de agroecologia e soberania alimentar a partir da produção e comercialização em mercados populares e institucionais. Esta pesquisa em andamento se insere dentro da proposta de pesquisa do Edital nº 155/2024 para Pesquisador Visitante na UFMS e integra a Rede Dataluta Brasil, rede de pesquisa nacional consolidada, com a colaboração de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros e estrangeiros que buscam estudar as condições sociais de vida e trabalho no campo, a partir de uma perspectiva (necessariamente) multidimensional, recolhendo diversas competências técnicas e experiências institucionais.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o estudo foi realizado no Território Rural do Bolsão Sul-Mato-Grossense, mais especificamente, nos Projetos de Assentamentos (PA`s) dos municípios de Três Lagoas, Brasilândia e Selvíria. Para alcançar o objetivo proposto, a organização metodológica foi dividida em três fases distintas, porém diretamente relacionáveis: Fase I – Leitura Técnica de reconhecimento e diagnóstico do território, especificamente, dos Projetos de Assentamentos (PA`s) ; Fase II – Levantamento das informações sobre o perfil demográfico e socioeconômico dos assentados, por meio de consultas a diferentes bancos de dados secundários (REDE DATALUTA, INCRA, FUNAI, Cadernos de Conflitos no Campo (CPT), para a identificação e seleção dos indicadores socioeconômicos, que possibilitem uma caracterização macro dos assentamentos; Fase III- visitas às comunidades, buscando analisar as percepções dos assentados sobre as condições da agricultura familiar e experiências



agroecológicas desenvolvidas; Fase IV – realização de rodas de conversa e grupos focais para conhecer as demandas dos assentados de reforma agrária e povos tradicionais; Fase V- análise comparativa dos resultados e das políticas propostas e sua relação com os objetivos do ODS e a Fase VI, na qual será realizada a discussão e análise dos dados por meio do Software Statistical Package for the Social Science (SPSS), complementada pela análise textual obtida pelo software de análise lexical Software IRAMUTEQ (Camargo; Justos, 2013).

Com vistas a atender o objetivo geral da pesquisa, que é contribuir com os estudos territoriais por meio da proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável a partir da Agenda 2030 da ONU, procedeu-se a execução da primeira etapa da pesquisa: caracterizar a realidade local dos Projetos de Assentamentos (PAs) do Território Rural do Bolsão /MS e fazer as intervenções necessárias em função da leitura do ambiente “vivido”.

Para tanto, foi utilizada a abordagem qualitativa, com base na metodologia do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), por apresentar um caráter transversal, atendendo, por um lado, ao objetivo de geração de informações qualitativas a serem analisadas e interpretadas e, por outro, se constituindo enquanto instrumento para as primeiras aproximações com os sujeitos sociais das comunidades pesquisadas. Isto permitirá a realização de outros levantamentos ligados às demais frentes de pesquisa que integram essa proposta de investigação (Verdejo, 2006). Neste sentido, foram realizadas visitas ao assentamento, ou seja, trabalhos de campo com rodas de conversa com os assentados, principalmente as mulheres, para a construção de um olhar panorâmico acerca das vivências experimentadas na produção de alimentos para o mercado local e regional, bem como a compreensão das dinâmicas e tendências territoriais na região Leste de Mato Grosso do Sul. Após as informações coletadas, foram realizadas as análises qualitativa dos relatos dos agricultores camponeses, por meio da análise de conteúdo, conforme metodologia proposta por Bardin (2011).

Em vista disso, os contextos macroeconômicos serão analisados em profundidade, mas, igualmente, os processos micro sociais, no âmbito das relações entre as famílias rurais e também no interior das mesmas, considerando a agricultura familiar pensada a partir de uma prática sustentável, pautada em preceitos da agroecologia e sob uma perspectiva de gênero, articulando elementos políticos, sociais, econômicos e culturais. Para tanto, a execução do percurso metodológico está intimamente articulado com as ações de pesquisa com vistas a atender os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, representando



uma ação estratégica não só para o cumprimento dos ODS, mas fundamentalmente para a construção de sociedades democráticas e equitativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para subsidiar as discussões, fundamentar-se-á em estudos realizados por pesquisadores envolvidos com a questão territorial e agrária sul-mato-grossense a partir dos estudos realizados por Fabrini (1995), Nardoque e Almeida (2015) que retratam o avanço da agricultura e das empresas capitalistas pelo estado, baseado na concentração fundiária e nas mudanças na posse e no uso da terra, contribuindo para o agravamento das condições de vida da população do campo. Nesta perspectiva, segundo Pecqueur (2005), a concepção de “desenvolvimento territorial” tem se tornado recentemente um dos métodos de se considerar as formas de atuação do Estado e de atores locais na promoção de políticas de desenvolvimento e de combate à pobreza no Brasil. O território e suas territorialidades, enquanto espaço de manifestação de identidade e cultura de suas populações, têm sua importância na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento territorial e reprodução do modo de vida camponês (Martins, 1981).

Assim, o território enquanto produto concreto da luta de classes e contradição sistêmica, expressa nas relações sociais de produção capitalistas e não-capitalistas (Oliveira, 1999) e, portanto, ao nível dos assentamentos rurais, ancora-se ao fato de que sua concepção vai além da delimitação de um espaço geográfico, pois se trata de um cenário onde ocorrem, processualmente, as relações de vida e trabalho de uma população. Portanto, considera-se a política de reforma agrária estratégica para o desenvolvimento territorial, de modo que analisaremos os territórios dos assentamentos rurais e povos tradicionais que sofrem com a desterritorialização, para conhecer suas problemáticas e as políticas públicas necessárias para superá-las.

Nos assentamentos rurais, os sujeitos do campo, principalmente as mulheres, ocupam um lugar fundamental na família camponesa, sendo o seu trabalho (produtivo, doméstico e de cuidado), elementos a serem pensados como pautas políticas, uma vez que não há como separar os contextos doméstico-familiar de outras esferas sociais (Siliprandi, 2015). Assim, busca-se identificar em que medida as experiências que articulam agroecologia, agricultura familiar e economia solidária mobilizam uma nova construção social e política acerca do papel da mulher



rural na sociedade contemporânea. Entender as nuances que atravessam essas instâncias, denota a importância da relação entre desenvolvimento sustentável, território e políticas públicas, uma vez que é a partir das relações de poderes inerentes a um território que as políticas são concebidas, promovendo assim desenvolvimento nas esferas municipais, estaduais e federais, ou seja, em âmbito local e/ou global.

Com vistas a atender o objetivo geral da pesquisa, procedeu-se a leitura técnica de reconhecimento e diagnóstico do território, especificamente, no Projeto de Assentamento Pontal do Faia, em Três Lagoas/MS. O assentamento Pontal do Faia foi o primeiro assentamento de reforma agrária do município de Três Lagoas e conquistado após um ano e quatro meses de acampamento a beira da BR-158, que liga Três Lagoas à cidade de Selvíria. A luta pela conquista da Fazenda Pontal do Faia contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Lagoas e também da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No entanto, essa luta teve êxito quando o INCRA desapropriou uma área de 1485 ha para assentar 85 famílias, onde se encontra hoje o assentamento de reforma agrária Pontal do Faia (Almeida, 2008).

Logo foram realizadas visitas ao assentamento, ou seja, trabalhos de campo com rodas de conversa com os assentados, buscando identificar as percepções dos assentados sobre as condições da agricultura familiar camponesa, o acesso às políticas públicas da agricultura familiar e as experiências agroecológicas desenvolvidas, de forma a se ter um inventário contextualizado da produção, que subsidie os estudos de análise territorial, identificação de áreas prioritárias e os tipos de intervenções necessárias. Também foram realizadas pesquisas bibliográfica e documentais, que possibilitaram a caracterização macrosocial da agricultura familiar camponesa, voltada para a compreensão das dinâmicas e tendências territoriais na região Leste de Mato Grosso do Sul.

No Sítio Santo Expedito, lote 12, também conhecido como “Nativos do Cerrado, no Assentamento Pontal do Faia, às margens da BR-158 que liga Três Lagoas ao município de Selvíria, um casal de agricultores desenvolve o Sistema Agroflorestal (SAF), com experiência no manejo agroecológico com horta e pomar. Nesse lote, cultivam hortaliças (alface, couve, repolho, cheiro-verde) e também trabalham com a produção do leite e seus subprodutos, como queijo, requeijão, doce de leite, dentre outros, que agregam valor e aumentam a renda dos agricultores camponeses.

Também é relevante a comercialização de alimentos beneficiados que são feitos na



unidade de processamento de alimentos, adquirida pelo PROVE-Pantanal, um programa de verticalização da produção agropecuária no Mato Grosso do Sul, criado para a agricultura familiar pelo governo do estado em 2000, visando processamento de matéria-prima no lote e agregação de valor. Segundo relato da Adriana “ a aquisição da unidade pelo PROVE permitiu alavancar a economia e a renda familiar, porque o gado leiteiro não gerava retorno suficiente para a reprodução social da família”. Portanto, o programa PROVE- Pantanal foi também sua emancipação financeira e social como mulher rural, porque gerou renda e visibilidade ao seu trabalho (Almeida, 2025).

Na unidade de processamento, denominada “Sabores do Pontal”, Adriana, juntamente com sua mãe, D. Joana, possuem indústria doméstica/agroindústria familiar com a fabricação de doces, geléias, compotas, pães e quitandas em geral, que fazem parte do café rural, oferecido aos finais de semana aos visitantes do sítio, além de também vender seus produtos nas feiras da agricultura familiar. A indústria doméstica se caracteriza por criar um produto artesanal, que tem inserção em mercados locais, resulta da combinação entre arte e manufatura e revela a sofisticação da cultura material. Neste sentido, a agroindústria possui processos produtivos definidos pelo tipo de recursos que existem no lugar e a família é quem comanda e executa todas as etapas da produção, apontando assim um caminho viável no Bolsão/MS para permanência das famílias no campo e produção de alimentos. Outro caminho para geração de renda e agregar valor aos produtos, como apontado pelos camponeses, têm sido a comercialização direta por meio do turismo rural, constituindo em alternativa de uso da terra para aliar a estabilidade do ecossistema visando à eficiência e otimização de recursos naturais na produção de forma integrada e sustentada.



Foto 1,2 e 3 – Trabalho de campo no sítio Nativos do Cerrado, no Assentamento de Reforma Agrária Pontal do Faia, Três Lagoas/MS



Durante o trabalho de campo, constatou-se que os agricultores camponeses do Bolsão/MS estão vivendo uma etapa importante ao retomar a participação nas chamadas públicas, o que lhes permite comercializar suas produções de maneira mais justa. Desde modo, os agricultores familiares camponeses tem acesso aos programas essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar na região, como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que facilitam a venda da produção para programas de alimentação escolar e assistencial, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante a compra de alimentos de agricultores locais e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que oferece crédito rural subsidiado. Cabe ressaltar também o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão da UFMS desenvolvidos junto com os agricultores do Pontal do Faia.

Um destes esforços coletivos, foi a realização de um trabalho de extensão, que teve como objetivo realizar o diagnóstico participativo para a implantação de biodigestores para a produção de biogás e biofertilizante no Assentamento Pontal do Faia, juntamente com o professor Evandro Carlos Garcia e agricultores camponeses do Cinturão Verde. . A escolha das propriedades em que os biodigestores serão instalados seguiram alguns critérios: 1º) Se caracterizar como uma unidade familiar voltada para a produção agrícola, 2º) todas as atividades serem proveniente do trabalho familiar e 3º) possuir a matéria-prima (esterco de gado ou porco) para funcionamento do biodigestor na produção do biogás e biofertilizante. O biodigestor é uma tecnologia social que fortalece a agroecologia, gera renda e autonomia aos camponeses ao gerar biogás e biofertilizante, a partir do esterco dos animais. As principais vantagens do biodigestor são: tratamento adequado dos resíduos sólidos rurais, fonte de energia de baixo custo (biogás e fertilizante) e preservação ambiental



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Foto 4 e 5 – Diagnóstico participativo realizado no Assentamento de Reforma Agrária Pontal do Faia, Três Lagoas/MS para identificar os lotes onde serão instalados os biodigestores para a produção de biogás e biofertilizante.

Com esse novo cenário, os agricultores camponeses vislumbram um futuro mais promissor, de valorização de seu trabalho valorizado e suas colheitas ganham espaço nos mercados locais. Neste sentido, questionou-se : Qual o alcance das políticas/programas da agricultura familiar no Território Rural do Bolsão/MS em atender os objetivos propostos pelos Territórios da Cidadania, quais sejam: inclusão produtiva das populações pobres; planejamento e integração de políticas públicas; ampliação da participação social e busca da universalização de programas básicos de cidadania.

Diante do exposto, pode-se inferir que agricultura familiar camponesa no Território Rural do Bolsão/MS, apresenta um potencial importante para o desenvolvimento da agroindústria de base familiar nos assentamentos rurais de reforma agrária, constituindo elemento da recriação camponesa, fruto das lutas pela terra e para permanência nela. Embora nem todos os lotes da reforma agrária sejam produtivos, condição explicada por uma série de fatores, tais como adaptação das famílias ao território, condições de fertilidade dos solos, regularização documental para recebimento de crédito rural e comercialização da produção, presença de assistência técnica, dentre outros fatores, os assentamentos rurais no Bolsão apresentam uma diversidade considerável de produção agrícola e pecuária. Dentre esses, a mandioca, o leite e as frutas, como goiaba, manga e mamão, se mostraram promissores para ampliar a escala produtiva e investimentos nas agroindústrias familiares.

Todavia, os agricultores camponeses do Território Rural do Bolsão carecem de políticas públicas e apoio governamental na elaboração de estratégias para elevar os níveis de produção,



bem como de inserção nos mercados consumidores. Só assim, podem deixar de ter seus produtos de subsistência com vendas apenas de excedentes para se tornar a principal fonte de renda familiar. Além disso, observou-se impactos climáticos locais, principalmente com a expansão do monocultivo de eucalipto na região, que dificultam as condições de produção agrícola e agravam a escassez de água, comprometendo diretamente a qualidade de vida e a sustentabilidade das comunidades rurais.

No assentamento, percebemos que há uma multiplicidade de atividades de onde provém o rendimento e a reprodução dos membros da família, que vão desde a renda animal e vegetal até a busca de uma renda externa, fruto principalmente da aposentadoria de alguns membros familiares que residem no lote ou sítio. Observou-se que o lote se torna ao mesmo tempo espaço do trabalho e da reprodução familiar, pois conforme Martins (1981), o instrumento de trabalho, qual seja, a terra, não se encontra dissociada da força de trabalho, no caso toda a família. Desta forma, criam-se relações de trabalho subordinadas ao equilíbrio familiar e que são assim orientadas pelas necessidades do núcleo familiar (Almeida, 2008).

No cotidiano dos assentamentos, o pomar e a horta se tornam na fala destes sujeitos representações da vida na terra, da conquista daquele chão, em que manter o terreiro sempre limpo e o quintal farto são sinônimos da terra de trabalho, espaço camponês por excelência, como observa Almeida (2003). A maioria dos camponeses possuem horta e pomar em seus lotes, cultivando verduras e legumes, como alface, almeirão, couve e cebolinha, bem como frutas diversas, como abacaxi, goiaba, limão, laranja e a amora. Em meio à predominância do monocultivo de eucalipto, os agricultores e agricultoras familiares nos assentamentos e comunidades rurais do território do Bolsão/MS, buscam desenvolver a transição agroecológica, envolvendo a adoção de princípios e tecnologias ecológicas, como rotação de culturas, consorciação e uso de defensivos naturais. No entanto, torna-se urgente fortalecer as unidades demonstrativas com potencialidade estratégica a fim de fomentar, em particular, formas organizativas de comercialização capazes de gerar renda em direção à rede territorial autossustentável.

Neste aspecto, notou-se nos assentamentos a produção e consumo entre vizinhos, representando uma economia de trocas simbólicas, não no sentido mercadológico, mas de uma produção voltada para as necessidades familiares em primeiro lugar. Em nossas análises percebeu-se também que, a questão da idade se tornou elemento central para compreensão da luta pela terra e pela reforma agrária na região do Bolsão Sul Matogrossense, já que mais de



40% dos agricultores assentados se encontram em idade avançada, entre 45 a 60 anos. Este dado vai ao encontro do estudo de Martín (2007), ao constatar que, mais de 47,8% dos titulares dos lotes possuem idade entre 40 a 60 anos, o que consequentemente revela o encontro tardio de muitos agricultores camponeses com a terra e também com a reforma agrária, trazendo consigo as dificuldades que a idade por vezes impõe no trabalho no campo, sendo este um dos principais motivos da saída destes sujeitos da terra. Neste contexto, esbarra-se também com a falta de sucessão geracional na agricultura familiar no que concernem à transmissão da propriedade e/ou até mesmo à preparação de futuros sucessores.

O processo de sucessão geracional que pode ser definido como o processo de formação de novas gerações de agricultores familiares e, por consequência, de perpetuação de seu modo de vida (Abramovay, 1998). Neste sentido, destacaram-se os relatos, como “quero uma vida melhor para meus filhos”; “os filhos não tem interesse”; “os filhos moram em outras regiões e não tem interesse”, que demonstram a incerteza dos agricultores sobre o futuro da propriedade como algo incerto e sem muitas perspectivas no que se refere a sucessão. Somado a isso, observou-se a falta de projetos de inovação e tecnologias para jovens no campo, dificultando o vínculo nas propriedades, bem como a renda insuficiente nas famílias e por consequência para as gerações mais jovens, resultando da saída dos jovens do campo para a cidade. Esta realidade revela que a juventude rural está cada vez mais abandonando o campo, o que pode implicar em um profundo rompimento do processo geracional da agricultura familiar camponesa nos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, o trabalho e a experiência agroecológica desenvolvida pelos agricultores camponeses do Assentamento Pontal do Faia, em Três Lagoas aponta para um processo contraditório frente à lógica de expansão do agronegócio eucalipto-celulose, pois estabelecidos pela reforma agrária, os camponeses buscam resistir na luta pela existência da pequena propriedade cuja produção é voltada, principalmente, para o autoconsumo e comercialização sobretudo, via canais curtos de comercialização (CCC), como as feiras e grupos de consumo, visando formas de aproximação entre produção de base agroecológica e os consumidores.



Esta realidade evidencia a necessidade de uma reforma agrária que pensa a distribuição de terra articulada com políticas públicas para o desenvolvimento das famílias no campo. Embora expansão do monocultivo do eucalipto imponha desafios á reprodução social e econômica das comunidades camponesas no Território Rural do Bolsão, há sinais de um dinamismo na perspectiva agroecológica, trazendo perspectiva aos agricultores familiares para se manterem no campo, com melhoria da qualidade de vida e renda. Porém, essas iniciativas encontram-se isoladas, dependentes de ações individuais e sem forças para superar os riscos e desafios que envolvem as mudanças entre os pequenos agricultores. Neste sentido, analisar e entender a potencialidade destas iniciativas no sentido de orientar políticas públicas de apoio podem gerar um ciclo virtuoso de transição agroecológica e produção de alimentos diante a expansão hegemônica do eucalipto.

Espera-se com este estudo contribuir para a implementação de propostas de desenvolvimento territorial endógeno com a elaboração de um documento técnico, que subsidiem um melhor processo de intervenção, por meio da implementação das políticas públicas e estratégias de ação, adequadas à realidade “vivida” pelas comunidades tradicionais e assentados da reforma agrária, contribuindo para o enfrentamento das condições de vulnerabilidade e exclusão socioeconômica, superação da desterritorialização dos povos tradicionais e das desigualdades de gênero, promovendo maior igualdade de oportunidades e de distribuição da renda, autonomia e qualidade de vida.

Ademais, este estudo concorre também para o crescimento do saber social, no intuito de promover uma discussão crítica sobre as interfaces de políticas públicas de desenvolvimento rural e seus efeitos no fortalecimento da agricultura familiar camponesa, estimulando à participação das mulheres na geração de renda no campo, na expansão e consolidação da Educação no/do Campo, promovendo padrões de produção e de consumo sustentáveis. Neste corolário, o apoio as práticas sustentáveis garantam a manutenção da biodiversidade e da funcionalidade dos ecossistemas, considerando não apenas o valor econômico, mas também os valores sociais e culturais dos Projetos de Assentamentos, com a promoção da participação da sociedade, inclusive dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais.

Palavras-chave: Território; Políticas Públicas; Desenvolvimento Sustentável; Assentamentos rurais.



REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**, Brasília, Unesco, 1998.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Identidade, Distinção e Territorialização: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul**. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente.

_____. **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008.

_____. **Reforma Agrária e PROVE dão certo**. Correio do Estado, Campo Grande, ano II, n.7, p. 34-37, agosto/2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em: Acesso em: 15 mar. 2023.

FABRINI, João Edmilson. **A Posse da Terra e o Sem-Terra no Sul de Mato Grosso do Sul o Caso Itaquiraí**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1995.

MARTIN, A.M. **Práticas e representações sócio-culturais no Assentamento Pontal do Faia: história, memória e cultura em Três Lagoas – MS**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2007.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

NARDOQUE, Sedeval, ALMEIDA, Rosemeire A. de. Território Rural do Bolsão (MS): Realidade e Perspectivas. **Boletim DATALUTA. NERA** –Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, p. 02-10, jan. 2015. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2015.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária)**. Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PECQUEUR, B. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. In.: **Raízes**, Campina Grande, vol. 24, nº 1 e 2, jan./dez. 2005.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-BONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

RAOUL, Marine Dubos. **Recriação contraditória das comunidades rurais no corredor do eucalipto: subordinação e resistências no município de Três Lagoas**. Projeto de Pesquisa Pós- Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019. (Mimeo).

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 352p. 2015.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático** DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006